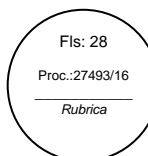




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: nº 27.493/2016 (a).
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF.
Assunto: Tomada de Contas Especial.

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada por força da Decisão nº 3.229/2016. Percepção indevida de proventos integrais de aposentadoria, referente a ILZA MARIA DAS GRAÇAS BARROS, então servidora da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF. Certidão do INSS falsa. Tempo de serviço ilegal.

. A Secretaria de Contas, ao assinalar que o objetivo da Informação n.º 285/2016 é o de informar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF sobre a metodologia de cálculo para subsidiar a Tomada de Contas Especial - TCE, sugere ao Tribunal que conheça do Ofício nº 028/2016; que oriente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF que deverá ser utilizado o Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC; remeta cópia da Informação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF; e determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF que encaminhe ao Tribunal cópia do ato de instauração da TCE determinada pela Decisão nº 3.229/2016.

. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal acompanha a conclusão da Unidade Técnica, com ajustes sobre o modo de atualização dos valores no SINDEC e à data original do débito.

. VOTO convergente com as ponderações do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPCDF. Pela remessa de informações à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF e determinação à jurisdição que encaminhe cópia de instauração da TCE determinada pela Decisão nº 3229/2016.

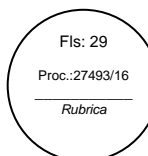
RELATÓRIO

O presente processo cuida da Tomada de Contas Especial determinada por meio da Decisão nº 3229/2016, vinculada ao Processo nº 30955/2011:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



do Relator, decidiu: **I - ter por cumprida a Decisão nº 5054/15; II - determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal** que, à luz da Resolução nº 102/98-TCDF, combinada com o item III.b.2 da Decisão nº 6806/07, adote as providências necessárias à **instauração de tomada de contas especial**, encaminhando a referida TCE a este Tribunal, com observância dos seguintes parâmetros: 1) o ressarcimento ao erário distrital deverá levar em conta todo o período em que a servidora esteve ilegalmente aposentada; 2) o dano suportado pelo erário deverá ser calculado subtraindo-se, mensalmente, o total dos proventos percebidos por ILZA MARIA DAS GRAÇAS BARROS, na condição de ilegalidade destacada no item anterior, do total de proventos a que a servidora teria direito caso aposentasse com base no art. 8º, § 1º, da EC nº 20/98; 3) os valores mensais encontrados deverão sofrer atualização monetária, conforme Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores - SINDEC, bem como a incidência de juros de mora; **III - determinar à Secretaria de Contas deste TCDF** que acompanhe o cumprimento do item anterior; **IV - autorizar o arquivamento do feito**, uma vez que o pedido formulado na inicial perdeu o objeto, bem como que a recomposição do erário se dará na forma do item II, acima. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 144, inciso I, do CPC. (grifos acrescidos)"

Em seguida, por meio do Ofício nº 815/2016-GAB/CGDF (fl. 3), o Controlador-Geral do Distrito Federal indica que a determinação para a instauração de TCE fora redirecionada à SES-DF, em razão da competência dos Secretários de Estado para a instauração de TCE, conforme art. 2º, I, do Decreto nº 37.096/2016:

"Art. 2º Compete aos Secretários de Estado a adoção de providências com vistas à:

I - instrução, instauração e acompanhamento das tomadas de contas especiais no âmbito dos seus órgãos"

Após, provocada pelo Ofício de Diligência Saneadora nº 047/2016 – SECONT (fl. 5), a Unidade de Controle Interno da **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF**, nos termos do Ofício nº 028/2016 – UCI/SES/DF, solicita pronunciamento do Tribunal quanto a forma de cálculo para se dar prosseguimento à **Tomada de Contas Especial**.

A Secretaria de Contas, nos termos da Informação nº 285/2016 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 30
Proc.:27493/16
Rubrica

SECONT/2ª DICONT (fls. 16/20), apresenta as seguintes análises e sugestões:

"6. Preliminarmente, importa salientar, de maneira sucinta, qual foi a ilegalidade verificada no presente caso e os efeitos dela no cálculo do valor a ser ressarcido.

7. A referida servidora adquiriu, em 08/03/02, o direito à aposentadoria **proporcional**, com azo no art. 8º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 20/1998 (**intitulado "pedágio" pelos doutrinadores**). O direito adquirido foi mantido pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, **o que resultaria em 80% dos proventos** (considerando que o ato concessório ilegal foi publicado no DODF nº 65, de 05.04.04, ou seja, dois anos após a aquisição do referido direito)5.

8. Assim, o valor aplicável para quantificação do dano deveria ser a diferença entre a totalidade dos valores recebidos por ILZA MARIA DAS GRAÇAS BARROS e o que deveria ter sido pago. No caso, a diferença entre o percentual a que a servidora teria direito aposentando-se com proventos proporcionais (80%) e pelo que recebeu de fato (aposentadoria integral), aplicada sobre todos os valores percebidos durante a integralidade do período em que a servidora esteve ilegalmente aposentada (de 05/04/04 a 03/03/10) e, por igual, atualizada monetariamente, mês a mês, conforme Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores - SINDEC.

9. Nesse sentido foi exarada a Decisão nº 3229/2016, verbis:

II - determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, à luz da Resolução nº 102/98-TCDF, combinada com o item III.b.2 da Decisão nº 6806/07, adote as providências necessárias à instauração de tomada de contas especial, encaminhando a referida TCE a este Tribunal, **com observância dos seguintes parâmetros:**

1) **o ressarcimento** ao erário distrital deverá levar em conta **todo o período em que a servidora esteve ilegalmente aposentada;**

2) **o dano** suportado pelo erário **deverá ser calculado subtraindo-se,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 31
Proc.:27493/16
Rubrica

mensalmente, o total dos proventos
percebidos por ILZA MARIA DAS GRAÇAS
BARROS, na condição de ilegalidade
destacada no item anterior, do total de
proventos a que a servidora teria
direito caso aposentasse com base no
art. 8º, § 1º, da EC nº 20/98;

3) os valores mensais encontrados
deverão sofrer atualização monetária,
conforme Sistema de Índices e
Indicadores Econômicos e de Atualização
de Valores - SINDEC, bem como a
incidência de juros de mora

10. Ato contínuo, o setor competente da SES encaminhou o cálculo do prejuízo (fls. 10-12) sobre o qual solicita manifestação desta Corte.

11. Verifica-se que, da metodologia de cálculo utilizada, subtraiu-se dos totais pagos à servidora os valores que deveriam ter sido pagos efetivamente (80%), restando, portanto, **correta** a apuração referente à **diferença** de valores **nominais**.

12. No que tange à atualização monetária e cálculo dos juros de mora, existem reparos a serem efetuados.

13. À título exemplificativo, o primeiro mês de pagamento indevido (abril de 2004), **nos cálculos da SES**, gerou uma atualização monetária de R\$ 530,92 que, somada ao principal, R\$ 411,07, totaliza R\$ 941,99 (fl. 10). O mesmo período, quando calculado pelo SINDEC (fl. 15), gera um montante de R\$ 819,14. Há de se destacar que o referido cálculo não incluiu **juros de mora**, que **devem** ser inseridos.

14. Portanto, demonstra-se que **a metodologia de cálculo de atualização monetária e juros de mora utilizada pela SES não se encontra adequada**.

15. A presente Informação tem como finalidade **somente o objetivo de validar a metodologia de cálculo que está sendo utilizada pela SES** para fins de instrução e instauração da TCE.

16. Destarte, torna-se salutar, portanto, instruir como deve ser feito o cálculo.

17. Para fins da correta apuração do montante a ser ressarcido, a Jurisdicionada poderá efetuar os cálculos corretos, com a inclusão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 32
Proc.:27493/16
Rubrica

correção monetária e juros de mora, procedendo às seguintes etapas:

- a) Acessar o portal www.tc.df.gov.br;
- b) Selecionar a opção "Espaço do Jurisdicionado" (canto superior direito);
- c) Selecionar a opção SINDEC.

18. Dentro da opção SINDEC, deverá ser selecionada, na aba superior "Menu", a opção "Cálculo com base na Decisão 3013/2011" e preenchidos os seguintes campos:

- a) Data Valor Original: data em que ocorreu efetivamente o pagamento;
- b) Valor Original: montante respectivo à diferença entre valor pago e devido (apurado pela SES às fls. 10-12);
- c) Data Incidência Juros: repetir a data do campo "Data Valor Original";
- d) Data Atualização: data atual em que os cálculos estiverem sendo efetuados.

19. Portanto, deve ser levado à conhecimento da SES a metodologia correta a ser aplicada para fins de cálculo de atualização monetária e juros de mora do valor total a ser ressarcido.

SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento do Ofício nº 028/2016 - UCI/SES/DF, no qual a Secretaria de Estado de Saúde solicita manifestação deste Tribunal quanto à metodologia de cálculo a ser empregada no objeto da presente tomada de contas especial, tendo como base a determinação contida na Decisão nº 3229/2016;

II. oriente à SES/DF que deverá ser utilizado o "Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores" - SINDEC, disponível no portal "www.tc.df.gov.br", para cálculo do montante a ser ressarcido;

III. remeta à Unidade de Controle Interno da SES/DF cópia da Informação nº 285/2016 - SECONT / 2ª DICONT, que explica a metodologia a ser utilizada no cálculo da atualização monetária e dos juros de mora do valor a ser ressarcido na presente TCE;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 33
Proc.:27493/16
Rubrica

IV. determine à SES/DF que encaminhe ao Tribunal cópia do ato de instauração da TCE determinada pela Decisão nº 3229/2016, item II, observando o contido no art. 1º, § 7º da Resolução TCDF nº 102/1998." (os grifos são do original)

O Ministério Público de Contas, instado a se manifestar, opina nos termos do Parecer nº 1.122/2016 – ML (fls. 21/26), o qual transcrevo parcialmente

"11. Inicialmente, forçoso ressaltar que, mediante a r. Decisão nº 3.227/2016, proferida nos autos do Processo nº 39.978/2006, o c. **TCDF** já apresentou, pormenorizadamente, como a SES/DF deveria proceder para levantamento do montante devido pela Sra. Ilza Maria das Graças Barros, inclusive no que concerne à incidência de atualização monetária e de juros de mora. Eis os termos da citada deliberação:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por não cumprida a Decisão nº 5046/15; II - orientar à **SES/DF** que, para a quantificação do dano ao erário, serão levados em consideração os seguintes parâmetros: 1) **o ressarcimento ao erário distrital deverá levar em conta todo o período em que a servidora esteve ilegalmente aposentada;** 2) **o dano suportado pelo erário deverá ser calculado subtraindo-se, mensalmente, o total dos proventos percebidos por ILZA MARIA DAS GRAÇAS BARROS na condição de ilegalidade destacada no item anterior do total de proventos a que a servidora teria direito caso aposentasse com base no art. 8º, § 1º, da EC nº 20/98;** 3) **os valores mensais encontrados deverão sofrer atualização monetária, conforme Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores - SINDEC,** bem como a incidência de juros de mora; III - informar à SES/DF o teor da decisão proferida no Processo nº 30955/11, a fim de que seja observado o procedimento a ser adotado para a devida regularização, nos termos da lei, dos débitos da servidora perante o erário distrital; IV - determinar à SES/DF que, à luz da Resolução-TCDF nº 219/11, proceda, de imediato, se ainda não o fez, ao cadastramento do ato eletrônico referente à nova aposentadoria da servidora no Módulo de Concessões do SIRAC, objeto do Processo - GDF nº 60.006.149/12 (aposentadoria por invalidez); V - autorizar: 1) que seja encaminhada cópia da Instrução de fls. 367/373, do Parecer de fls. 375/379 e do relatório/voto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 34
Proc.:27493/16
Rubrica

do Relator à Controladoria-Geral do Distrito Federal, a fim de subsidiar na instauração da TCE determinada nos autos do Processo nº 30955/11; 2) o arquivamento do feito, bem como a devolução dos processos apensos à origem. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 144, inciso I, do CPC." (Grifos acrescidos).

12. Malgrado os esclarecimentos apresentados na r. Decisão nº 3.227/2016, a par do questionamento apresentado pela SES/DF, fl. 028/2016-UCI/SES/DF, parece ainda remanescer dúvida quanto à metodologia de cálculo a ser empregada para quantificação do débito objeto da TCE determinada pelo **item II** da r. Decisão nº 3.229/2016. Essa é a **questão** que exsurge neste giro processual.

13. Nesse particular, este **MPC/DF** corrobora parcialmente com o roteiro apresentado pelo Corpo Instrutivo nos parágrafos 17 e 18 da Informação nº 285/2016 - SECONT/2ª DICONTE, fls. 16/20. O procedimento em comento é análogo ao definido na r. Decisão nº 3.227/2016, contudo nuances acerca da parametrização dos cálculos e da definição da data de origem do débito merecem apontamentos adicionais, os quais norteiam os ajustes sugeridos pelo **MPC/DF**.

14. Nesse sentido, aos olhos deste **Parquet** especializado, não deve ser acolhida a indicação para utilização da opção **Cálculo com base na Decisão nº 3.013/2011**, uma vez que a deliberação mencionada tratada da atualização de **passivos reconhecidos em favor dos servidores do Distrito Federal**. A opção indicada não se coaduna com o escopo do feito em epígrafe, que trata da apuração de débito decorrente de aposentadoria ilegal, portanto, gerador de **crédito em favor do Distrito Federal**. Com efeito, diversamente do indicado pelo Corpo Instrutivo, o órgão distrital deve promover a correção dos valores com a utilização da opção **Débitos TCDF**.

15. Nessa toada, não é despiciendo ressaltar que o valor mencionado pelo Corpo Técnico no **parágrafo 13** da Informação nº 285/2016 - SECONT/2ª DICONTE, resultado da atualização do valor devido para 28/9/2016, data da Informação, conforme fl. 15, é compatível com a opção indicada por este **MPC/DF**. Sendo assim, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 35
Proc.:27493/16
Rubrica

incongruência identificada, aparentemente, decorre de **erro material** na referência realizada no **parágrafo 18** do indigitado documento técnico.

16. Volvendo o exame ao pleito da SES/DF, observa-se que **a atualização dos débitos** para com o Erário distrital e, em especial, os fixados pelo e. **TCDF**, encontram fundamento na Lei Complementar nº 435/2001, na Portaria TCDF nº 212/2000 e na Emenda Regimental nº 13/2003. Desta feita, a taxa mensal de juros incidente sobre esses débitos é regulada por intermédio da legislação específica indicada.

17. **In casu**, o art. 1º da Emenda Regimental nº 13/2003, estabelece que os débitos fixados pelo e. **TCDF** devem ser atualizados monetariamente até a **data do efetivo pagamento**, na forma estabelecida no art. 1º da LC nº 435/2001. Ademais, a referida LC, em seu art. 1º, define nos seguintes termos o índice e a periodicidade da atualização monetária:

"Art. 1º Os valores expressos em moeda corrente nacional na legislação do Distrito Federal deverão ser atualizados anualmente pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. § 1º A atualização prevista neste artigo será efetuada no dia 1º de janeiro de cada ano, considerando a variação acumulada do INPC nos doze meses, contados até o mês de novembro, inclusive, do ano anterior." (Grifos acrescidos).

18. Por outro lado, a taxa de juros moratórios incidente no caso em exame deve ser de **1% ao mês**, na forma disposta no art. 1º da Emenda Regimental nº 13/2003. Ademais, forçoso acrescentar que a **atualização monetária e os juros de mora são devidos desde a data do pagamento dos proventos considerados irregulares**, conforme dicção do art. 1º, II, **a** e **b**, da Emenda Regimental nº 13/2003.

19. Conforme já delineado na r. Decisão nº 3.227/2016, o débito mensal apurado, proveniente da diferença entre os proventos percebidos por Ilza Maria das Graças Barros e o valor que seria devido caso aposentasse com base no art. 8º, § 1º, da EC nº 20/98, deverá sofrer **atualização monetária e incidência de juros de mora**, conforme Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 36
Proc.:27493/16
Rubrica

Valores - SINDEC, visto que o aludido sistema, no tocante à atuação de débitos impostos pelo **TCDF**, é parametrizado em consonância com os índices indicados neste *Opinativo*.

20. Não obstante, com o desiderato de tornar didática a exposição contida neste *Opinativo*, este **Parquet** apresenta exemplo de como a **SES/DF** deve atualizar e acrescer de juros de mora o valor devido pela ex-servidora. Na espécie, o **MPC/DF** procederá à atualização do débito atinente ao **mês de abril de 2004**, início da percepção indevida.

21. Conforme exposto alhures, a percepção indevida de proventos de aposentadoria da Sra. Ilza Maria das Graças Barros teve gênese em **abril de 2004**. Nessa toada, a atualização da parcela indevida deve levar em conta a **data do efetivo pagamento**, provavelmente efetivado no mês de **maio de 2004**. Sendo assim, a correção dos proventos atinentes ao mês de **abril de 2004** para **21/11/2016** totaliza o importe de **R\$ 2.047,86**, valor composto dos seguintes elementos: **valor original** de **R\$ 411,07**, **atualização monetária** no importe de **R\$ 408,07** e **R\$ 1.228,72** de **juros moratórios**.

22. Contudo, em que pese o Corpo Técnico tenha utilizado como referencial datas diversas nos campos **data do valor original** e **data da atualização**, o resultado obtido pelo Corpo Instrutivo, no tocante à **atualização monetária do débito para 28/9/2016**, fl. 15, não difere do apurado por este **MPC/DF** (**R\$ 819,14**), considerando que a atualização monetária deve ser realizada em **1º de janeiro de cada ano**, conforme dicção do art. 1º, parágrafo único, da LC nº 435/2001.

23. Lado outro, visto que **os juros de mora** devem incidir **mensalmente**, na forma disposta no art. 1º da Emenda Regimental nº 13/2003, mister considerar a **data do efetivo pagamento para apuração do total devido pela ex-servidora**.

24. Ante o exposto, este **MPC/DF**, com os ajustes propugnados acima, concernentes ao **modo de atualização dos valores no sistema SINDEC** e à **data original do débito**, acompanha a conclusão emanada da Área Técnica. (os grifos são do original)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 37
Proc.:27493/16
Rubrica

VOTO

Tratam-se estes autos da **Tomada de Contas Especial** determinada por meio da Decisão nº 3.229/2016 (Processo nº 30955/2011).

Em exame, nesta oportunidade, a solicitação da Unidade de Controle Interno da **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF**, para pronunciamento do Tribunal quanto à metodologia de cálculo para se dar prosseguimento à **Tomada de Contas Especial**.

A **Unidade Técnica**, para a apuração do montante a ser ressarcido, considera correta a apuração referente à diferença de valores nominais (a diferença entre os totais pagos e os valores que deveriam ter sido pagos efetivamente), mas quanto à atualização monetária e ao cálculo dos juros de mora, assevera que existem reparos a serem efetuados, indicando as seguintes etapas:

- a) *Acessar o portal www.tc.df.gov.br;*
- b) *Selecionar a opção "Espaço do Jurisdicionado" (canto superior direito);*
- c) *Selecionar a opção SINDEC.*

18. *Dentro da opção SINDEC, deverá ser selecionada, na aba superior "Menu", a opção "Cálculo com base na Decisão 3013/2011" e preenchidos os seguintes campos:*

- a) *Data Valor Original: data em que ocorreu efetivamente o pagamento;*
- b) *Valor Original: montante respectivo à diferença entre valor pago e devido (apurado pela SES às fls. 10-12);*
- c) *Data Incidência Juros: repetir a data do campo "Data Valor Original"*
- d) *Data Atualização: data atual em que os cálculos estiverem sendo efetuados."*

O **Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC**, por seu turno, assevera que o Tribunal já houvera orientado a **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF** como proceder para levantamento do montante devido pela Sra. **Ilza Maria das Graças Barros**, conforme Decisão nº 3.227/2016¹ (Processo nº 39.978/2006²).

¹ "(...)1) o ressarcimento ao erário distrital deverá levar em conta todo o período em que a servidora esteve ilegalmente aposentada; 2) o dano suportado pelo erário deverá ser calculado subtraindo-se, mensalmente, o total dos proventos percebidos por ILZA MARIA DAS GRAÇAS BARROS na condição de ilegalidade destacada no item anterior do total de proventos a que a servidora teria direito caso aposentasse com base no art. 8º, § 1º, da EC nº 20/98; 3) os valores mensais encontrados deverão sofrer atualização monetária, conforme Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC, bem como a incidência de juros de mora;" (grifos acrescidos)

² Aposentadoria da Sra. Ilza Maria das Graças Barros



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls: 38
Proc.:27493/16
Rubrica

Acrescenta o **Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF** que concorda parcialmente com o roteiro apresentado pela Unidade Técnica. Isso porque o "Cálculo com base na Decisão 3013/2011", refere-se a *passivos reconhecidos em favor dos servidores do Distrito Federal*, o que não se coaduna com as contas em foco que cuidam da apuração de débito decorrente de aposentadoria ilegal, o que gerará crédito em favor do Distrito Federal, razão pela qual a opção deve ser Débitos do TCDF.

Esclarece o **Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF** que o art. 1º da Emenda Regimental nº 13/2003, estabelece que os débitos fixados pelo Tribunal devem ser atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento; que a Lei Complementar nº 435/2001 indica a atualização anual pelo INPC a ser efetuada no dia 1º de janeiro de cada ano; que a taxa de juros moratórios deve ser de 1% ao mês, conforme a Emenda citada; que a atualização monetária e os juros de mora são devidos desde a data do pagamento dos proventos considerados irregulares, conforme art. 1º, II, **a e b** da ER nº 13/2003.

Entendo pertinente o posicionamento da Unidade Técnica, quando considera correta a apuração referente à diferença de valores nominais (a diferença entre os totais pagos e os valores que deveriam ter sido pagos efetivamente).

Além disso, tenho por correta as ponderações do **Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPCDF** quando concorda parcialmente com a Unidade Técnica, principalmente quanto ao modo de atualização dos valores no **SINDEC**, ou seja, a utilização da opção *Débitos (TCDF)* como mais apropriada à apuração do débito em questão, bem como no que tange à utilização da data original do débito, conforme a ER nº 13/2003.

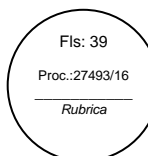
Finalmente, como não constam dos autos o ato de instauração da **Tomada de Contas Especial - TCE**, acato o quanto sugerido pela Unidade Técnica.

Assim, **VOTO** por que o Tribunal:

- I - tome conhecimento do Ofício nº 028/2016 – UCI/SES/DF, no qual a **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF** solicita manifestação deste Tribunal quanto à metodologia de cálculo a ser empregada no objeto da presente tomada de contas especial, tendo como base a determinação contida na Decisão nº 3229/2016;
- II - oriente à **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF** que deverá ser utilizado o "*Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores*" – SINDEC, disponível no portal "*www.tc.df.gov.br*", para cálculo do montante a ser ressarcido;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- III -** remeta à Unidade de Controle Interno da **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF** cópia do Parecer nº 1.122/2016 - ML, que explica a metodologia a ser utilizada no cálculo da atualização monetária e dos juros de mora do valor a ser ressarcido na presente **Tomada de Contas Especial - TCE**;
- IV -** determine à **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES-DF** que encaminhe ao Tribunal cópia do ato de instauração da TCE determinada pela Decisão nº 3229/2016, item II, observando o contido no art. 1º, § 7º da Resolução TCDF nº 102/1998.

Sala das Sessões, em 07 de fevereiro de 2017.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator